

Etnografia em Estudos Organizacionais: Qual Etnografia?¹

Autoria: Heloisa Mônico dos Santos

Resumo

Várias questões se apresentam àqueles interessados na prática etnográfica, tais como: trata-se de uma estratégia de pesquisa ou um mecanismo de coleta de dados? O que dizer da disciplina quando o foco de pesquisa não é mais uma nação e seu povo, mas uma organização e as pessoas que trabalham nessa organização? Existem diferentes formas de se “fazer” etnografia? Ou diferentes “tipos” de etnografia? Este ensaio não tem o objetivo de responder a essas questões, tarefa a qual se dedicam intensamente vários pesquisadores há muito tempo. Em verdade, tem por fim apresentar algumas das idéias desenvolvidas por esses pesquisadores, visando oferecer material que suporte a reflexão sobre as questões acima. Além disso, esboça o argumento que a prática etnográfica quando incorporada a diversas correntes de pensamento acaba por sofrer transformações.

Introdução

Etnografia (do grego *ethnos* = nação e *graphein* = escrever) é a disciplina que tem por fim o estudo e a descrição dos povos, sua língua, raça, religião, etc., e manifestações materiais de sua atividade, segundo o dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986). Essa descrição ampla de Etnografia, embora ofereça um primeiro contato com o conceito, pouco revela sobre a complexidade de seu exercício no fazer acadêmico, particularmente, em Estudos Organizacionais. Várias questões se apresentam àqueles interessados na prática etnográfica, tais como: trata-se de uma estratégia de pesquisa ou um mecanismo de coleta de dados? O que dizer da disciplina quando o foco de pesquisa não é mais uma nação e seu povo, mas uma organização e as pessoas que trabalham nessa organização? Existem diferentes formas de se “fazer” etnografia? Ou diferentes “tipos” de etnografia?

Este ensaio não tem o objetivo de responder a essas questões, tarefa a qual se dedicam intensamente vários pesquisadores há muito tempo. Em verdade, tem por fim apresentar algumas das idéias desenvolvidas por esses pesquisadores, visando oferecer material que suporte a reflexão sobre as questões listadas acima. O ensaio estrutura-se da seguinte forma: (1) apresentação de um resumo histórico do desenvolvimento da etnografia; (2) discussões do relacionamento da etnografia com algumas outras disciplinas (como, por exemplo, a etnometodologia); (3) visão geral dos principais contextos de aplicação da etnografia; (4) caracterização da pesquisa etnográfica; (5) algumas condutas atuais e futuras da pesquisa etnográfica; e (6) considerações finais.

1. Etnografia e sua origem

A concepção atual de trabalho de campo etnográfico teve início no final do século 19 e começo do século 20, quando os antropólogos culturais e sociais se voltaram para a coleta de dados diretamente da fonte. O trabalho de campo de Malinowski (1922, apud ATKINSON e HAMMERSLEY, 1994), de documentação da vida social cotidiana dos habitantes das ilhas Trobriand, é frequentemente citado como representativo deste período. No entanto, alguns pesquisadores encontram traços de orientação etnográfica na filosofia alemã dos séculos 18 e 19; no Renascimento; e mesmo em textos antigos como, por exemplo, os de Heródoto (ATKINSON e HAMMERSLEY, 1994).

A pesquisa etnográfica é central para a antropologia cultural e social. Porém, os campos de pesquisa dos antropólogos não mais se limitam exclusivamente a lugares distantes, que apresentam culturas exóticas. Há muito se observa um crescente interesse da antropologia em

explorar culturas próximas de “casa”. Desta forma, aumentam as convergências entre os objetos de interesse de antropólogos e sociólogos; contudo, suas referências à pesquisa etnográfica são diferentes. De modo extremo, para alguns antropólogos, não há etnografia fora das fronteiras da sua disciplina e os sociólogos, e outros, aplicam várias abordagens qualitativas diferentes de trabalho de campo. Todavia, ironicamente, as pesquisas em sociologia urbana e o estudo de pequenas comunidades, urbanas e rurais, desenvolvidas pela Escola de Sociologia de Chicago (EUA), são considerados trabalhos etnográficos desde os anos 20. Assim como, as pesquisas relacionadas à tradição teórica do interacionismo simbólico estão comprometidas com o trabalho etnográfico quase desde o mesmo período. Nestas bases, então, não é possível considerar a etnografia uma exclusividade de apenas uma disciplina (ATKINSON et al., 2001).

Paralelo ao desenvolvimento da abordagem etnográfica, e também influenciando o mesmo, estão as crises recorrentes centradas nas concepções de uma ciência da vida social. No século 19, o conflito se dava entre aqueles que procuravam aplicar a concepção empiricista do método da ciência natural ao estudo do comportamento humano, e aqueles que defendiam um modelo diferente, próprio para as humanidades e ciências sociais. Há uma tendência ao observar este conflito em distinguir dois lados: o paradigma positivista e o paradigma interpretativo ou hermenêutico, sendo que a etnografia estaria posicionada nesse último lado. Porém, para Atkinson e Hammersley (1994) esta visão não é correta. Os autores argumentam que o que se observa, ao olhar atentamente, é uma diversidade de idéias sobre o caráter da vida social humana e como deve ser compreendido; assim como sobre a natureza do método em ciências naturais e sua relevância para o estudo do comportamento humano. Para ilustrar estes aspectos, os autores exploram duas fases-chave no desenvolvimento da etnografia do século 20: o trabalho dos fundadores da antropologia moderna e aqueles da Escola de Sociologia de Chicago.

Os nomes de Boas, Malinowski e Radcliffe-Brown são freqüentemente citados como personagens importantes no início da antropologia moderna; todos comprometidos com a antropologia como ciência, talvez um tipo especial de ciência. E a etnografia era central nas suas idéias do que era científico no trabalho antropológico: envolvia a coleta de informação diretamente da fonte, pelo antropólogo, e a descrição das características sociais e culturais de sociedades “primitivas” – contrário de tentar inferir a história ou julgar essas sociedades em termos de nível evolucionário. Os pesquisadores acima tinham como motivação básica a rejeição da especulação em favor da investigação empírica; e tomavam as ciências naturais como um modelo importante para a antropologia, embora não para ser seguido cegamente. Acreditavam que os fenômenos sociais e culturais eram diferentes dos fenômenos físicos, e deveriam ser compreendidos em termos da sua natureza distinta; uma idéia que levou alguns dos seus seguidores a questionar o modelo científico como apropriado às ciências sociais. A tensão na etnografia, entre ciência e humanidades, estava presente desde o início e ainda não foi resolvida (ATKINSON e HAMMERSLEY, 1994)².

Embora a sociologia de Chicago dos anos 20 e 30 parece não ter sido fortemente influenciada pela antropologia, sua orientação foi similar em muitos aspectos. Vários pesquisadores da Escola de Chicago, entre eles o influente Robert Park, buscavam fundir idéias científicas e hermenêuticas, influenciados pelos textos da filosofia pragmatista, especialmente os textos de William James, John Dewey e George Herbert Mead. Todos esses filósofos procuravam combinar uma orientação científica ao estudo do comportamento humano com a herança do idealismo e historicismo alemão. Porém, mais uma vez, esta tentativa de síntese não foi bem-sucedida (ATKINSON e HAMMERSLEY, 1994)³.

Atkinson e Hammersley (1994) argumentam que a história subsequente da etnografia, tanto na antropologia quanto na sociologia, reflete a tensão contínua entre atração e rejeição ao modelo das ciências naturais. Mais recentemente, observa-se que a etnografia apresenta uma grande diversidade, com diferentes abordagens adotadas em áreas distintas, guiadas por variadas ênfases. E estes muitos e vários objetivos estão associados a diferentes formas de prática etnográfica: a investigação tradicional, de longa duração, em profundidade, é algumas vezes abandonada por um trabalho de campo condensado, ou por uma ênfase em entrevistas não estruturadas, ou trabalho de consultoria.

Segundo Atkinson et al. (2001), é preciso reconhecer que a etnografia nunca foi uma entidade estável; a pesquisa etnográfica sempre esteve contida em diversas perspectivas e na contemporaneidade é caracterizada pela fragmentação e diversidade. Todavia, as tradições etnográficas compartilham características comuns como, por exemplo, o comprometimento com a experiência direta (observação) e a exploração de locais e contextos – sociais e culturais – particulares, através da observação participante (participação). Em muitos casos, o trabalho de campo também envolve o uso de outros métodos de pesquisa (por exemplo, entrevistas, análise de documentos, etc.), além da observação participante. Onde quer que venha a ser adotada, é pressuposto-chave da etnografia interagir de perto e por longo tempo com pessoas no seu cotidiano, para melhor compreender suas crenças, motivações, e comportamentos; e também a observação participante implica, simultaneamente, envolvimento emocional e separação objetiva (TEDLOCK, 2000).

Recentemente, a etnografia é adotada, além dos campos da antropologia e sociologia, em estudos culturais, teoria literária, folclore, estudos da mulher, geografia cultural e psicologia social, entre outros; assim como em áreas aplicadas como educação, estudos organizacionais, planejamento, psicologia clínica, enfermagem, psiquiatria, direito, criminologia, administração e engenharia industrial, entre outras (TEDLOCK, 2000).

2. Etnografia e outros tópicos

Hammersley (2001) não acredita que a filosofia seja base para a pesquisa etnográfica, no sentido que os problemas relacionados à filosofia devam ser resolvidos antes que o pesquisador se engaje na pesquisa social. Mas, o autor acredita que os pesquisadores não podem fugir dos pressupostos filosóficos: “Se gostamos ou não, e se estamos cientes deles os não, nós não podemos evitar tais pressupostos.” (Hammersley, 2001, p. 43, tradução nossa).

Diante desta observação, é relevante refletir sobre os diversos contextos intelectuais nos quais se insere o trabalho etnográfico. Este tópico tem o objetivo de apresentar alguns movimentos teóricos que influenciam o desenvolvimento e a conduta da etnografia.

Interacionismo Simbólico e Etnografia (ROCK, 2001)

O interacionismo simbólico é um estilo distinto de argumentação sociológica, e metodologia, que se desenvolveu no Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago no início do século 20. É apenas uma das muitas corrente intelectuais interconectadas que surgiram no departamento naquele período (outras são: funcionalismo, teoria subcultural, ecologia social, *disorganization theory*, epidemiologia social e pesquisa *survey*).

A abordagem do interacionismo simbólico estrutura-se sobre a premissa que a ação humana acontece sempre numa situação que confronta o ator, e que o ator age procurando “definir esta situação” que se apresenta; isto é, as pessoas agem diante de algo baseadas no significado que

esse algo tem para elas, e esses significados derivam da interação social e são modificados pela interpretação.

A prática da etnografia interacionista flui de pressupostos do interacionismo simbólico tais como: (a) o aprendizado social e sociológico útil não é uma condição ou modo de ser, mas uma forma de troca prática, um processo; isto é, o conhecimento não é puramente escolástico, intelectual e argumentativo, visto que endereça um mundo externo que vai além da imaginação escolar e comporta-se de modos singulares; e (b) o mundo social é pré-formado pela ação inteligente, pela interpretação, de seus participantes. Portanto, o etnógrafo procura compreender e reproduzir a lógica em uso dos sujeitos na cena social, uma vez que este é o material da vida social e da sociologia; ele somente tem o conhecimento sobre o conhecimento dos outros, interpretações das interpretações dos outros, modelos dos modelos dos outros.

Para o interacionismo simbólico a etnografia pode contribuir com um revelar disciplinado do escopo e complexidade das relações: pode questionar o que não foi questionado pelos atores na cena social; investigar problemas de pouco interesse para aqueles na cena social; pode comparar e contrastar, de modos que aqueles “de dentro” não o fazem; e pode ser rigorosa, como outros não o são.

Etnometodologia e Etnografia (POLLBER, M.; EMERSON, 2001)

O fato de terem o mesmo prefixo pode levar alguém a imaginar um relacionamento cordial entre etnometodologia (EM) e etnografia (EG). Ambas as perspectivas se posicionam na tradição interpretativa, concentram-se na vida cotidiana, respeitam o ponto de vista do ator social, e tipicamente evitam abordagens quantitativas e teóricas. Porém, o relacionamento entre elas não tem sido amistoso. Muitos etnógrafos ignoram a EM e sua relevância potencial para EG, enquanto etnometodologistas têm recusado convites para “reuniões de família” com pesquisadores de perspectivas próximas, de mesma origem. Contudo, nestes anos de convivência das duas práticas, as fronteiras entre elas se tornaram confusas. Alguns etnógrafos se apropriaram de conceitos e interesses da EM e ambos são influenciados pelas correntes intelectuais do pós-modernismo.

A etnometodologia surgiu como um contraponto à ortodoxia Parsoniana da sociologia americana de metade do século 20; esta última enfatizava as normas internalizadas e compartilhadas como uma explicação do comportamento social padronizado, ressaltava soluções teóricas *top-down* ao problema da ordem social, e invocava os ideais da investigação científica como um modelo da racionalidade cotidiana. A etnometodologia vem, por outro lado, focar sua atenção nos métodos, definições de ordem, explicações e classificações dos participantes (de um dado contexto social) e não sociológicos; isto é, foca na regularidade da vida social como experienciada, construída e usada a partir de contextos e atividades concretas e particulares que compõem a sociedade.

Alguns aspectos caracterizam a etnometodologia, a saber: (a) rejeição a qualquer versão externa, ou *a priori*, do que leva à ordem social, demandando do pesquisador o abandono de qualquer conceito sociológico e de qualquer metodologia sociológica convencional; (b) uma apreciação da ordem endógena ou vivida, isto é, como os participantes em circunstâncias diversas, desenvolvidas temporalmente, concretas, que compõem “a sociedade”, organizam, reconhecem, usam e alcançam o que quer que definam como sensível, racional, inteligível ou que apresenta ordem; (c) a atenção da EM está no que os participantes consideram relevante; não no que cada membro considera, mas aspectos e práticas sancionadas; (d) manutenção de

uma postura de indiferença do valor ou validade dos métodos (conhecimento e práticas) dos membros; (e) o problema metodológico na EM não está em “tornar-se nativo”, mas de já ser profundamente e ingenuamente nativo; levando à necessidade de tornar o familiar, estranho; (f) “*etno*” em etnometodologia refere-se a toda categoria de membros e atividades, não somente “membros leigos”, mas profissionais de todos os tipos, incluindo os próprios etnometodologistas.

A etnometodologia, nas suas diferentes versões, critica a etnografia em três aspectos, relacionados a como esta última perde ou confunde os fenômenos centrais: (a) por tipicamente estar muito próxima dos locais (*settings*) que estuda; o que impede, em alguns casos, de identificar práticas corriqueiras (*taken-for-granted*) e aspectos da ordem vivida; (b) as práticas e posturas da EG estão muito distantes dos mundos sociais que estuda; novamente comprometendo sua habilidade de recuperar a ordem vivida; (c) a EM critica a falta de atenção e disposição da EG para examinar seus próprios pressupostos e procedimentos. E, ao mesmo tempo, oferece recomendações com relação a cada aspecto: (a') tratar os “fatos naturais” como “algo alcançado”, produzido e sustentado; e problematizar o pensamento lógico sociológico prático, isto é, a EM coloca grande ênfase na primazia da construção de sentido (*sensemaking*) e práticas interpretativas dos participantes, e considera a descrição etnográfica derivada e paralela às práticas dos membros; (b') não focar na observação, mas na participação competente no campo de ação; não considerar conceitos exógenos (interesses e categorias sociológicas para gerar descrições), mas focar em atividades endógenas; focar nos eventos e ações que estão acontecendo no momento, evitar objetos que sejam “pontos-finais”; (c') estabelecer e sustentar o papel de observador, evitando as seduções para participar mais diretamente dos eventos; considerar que a pesquisa etnográfica, a presença do pesquisador em campo, também é objeto de *sensemaking*; observar que o texto produzido pela EG muitas vezes apresenta diferenças dos projetos e interesses práticos dos participantes, e que ao ser lido por esses membros rompe a separação padrão entre a etnografia e participantes, talvez criando um momento de diálogo entre eles.

Fenomenologia e Etnografia (MASO, 2001)

O ponto de partida da abordagem fenomenológica é considerar todo fenômeno, inclusive aqueles conhecidos, como se estivessem se apresentando à consciência pela primeira vez (*epoche* fenomenológica); desta forma, pode-se atentar para a totalidade e riqueza desses fenômenos. Porém, para Maso (2001), o que a etnografia procura realizar – tornar o desconhecido conhecido e fazer o conhecido desconhecido – é apenas um primeiro passo de uma etnografia fenomenológica.

Uma segunda prática comum da abordagem fenomenológica é procurar ir do particular ao geral (*ideation*): começando com o que aparece à consciência, os fenomenologistas tentam adquirir uma compreensão da idéia que determina sua qualidade significativa; isto é, tentam descobrir através de qual estrutura de referência – que tipificação ou construto de primeira ordem – a experiência, purificada de pressuposições e preconceitos adquire seu significado. Por exemplo, o fenomenologista questiona e ajuda o participante a descobrir e refinar a idéia que este último tem sobre o tema; deste processo relacional, ambos saem conhecendo mais sobre o assunto. Além disso, as diferenças observadas, descobertas neste processo, podem levar a novas análises, ou mais pesquisa empírica, para determinar se são meramente diferenças individuais ou representam diferentes formas de olhar um fenômeno similar dentro de uma cultura específica. Neste último caso, o pesquisador deve ir além, e descrever os modos diferentes e similares que os membros da cultura concebem e experienciam o fenômeno; e somente então, pode comparar com o seu próprio entendimento. A descrição de

tal idéia culturalmente compartilhada não coincidirá completamente com a idéia indubitavelmente mais complexa concebida por certa cultura. Como argumenta Van Manen:

“Fazer...fenomenologia é esforçar-se para realizar o impossível: construir uma completa descrição interpretativa de alguns aspectos do mundo da vida, e ainda permanecer ciente de que a vida é sempre mais complexa que qualquer explicação de significado pode revelar.” (Van Manen, 1990, apud MASO, 2001, tradução nossa).

A abordagem fenomenológica requer dos pesquisadores que estejam profundamente engajados em certo grupo de fenômenos similares, com o objetivo de descobrir a que idéia se referem. Para tanto, definida a questão de interesse, o pesquisador deve coletar informações sobre o fenômeno a ser pesquisado. Essas informações levam a comparações, não só entre diferentes pressupostos, opiniões etc., mas também entre pressuposições e preconceitos que o pesquisador está ou se tornará consciente através desta comparação. O resultado é que será mais fácil para o pesquisador “colocar entre parênteses” uma porção considerável de suas pressuposições e preconceitos sem substituí-los por suposições contraditórias que se originam de outras fontes.

A pesquisa etnográfica fenomenologicamente orientada, segundo Maso (2001), fundamenta-se em abordagens fenomenológicas e hermenêuticas da filosofia, de autores como: Edmund Husserl, Max Scheler, Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre e Maurice Merleau-Ponty; incorporando suas idéias repletas de possibilidades, opiniões e desvios. A etnografia fenomenológica ocupa uma posição intermediária entre naturalismo e construcionismo; tenta, como os naturalistas, se aproximar dos seus temas, familiarizar-se com seu objeto de estudo, porém, diferentemente deles, não assume que irá encontrar ordem cognitiva, compartilhada, implícita.

Os etnógrafos fenomenológicos assumem que existem diferenças individuais assim como diferentes modos de apreciação entre cada um e dentro de um grupo; consideram que essas diferenças levam a, assim como são o resultado de, diferentes construções da realidade.

Semiótica, Semântica e Etnografia (MANNING, 2001)

A semiótica pode ser considerada um campo pragmático, referencial e empírico no qual sinais e símbolos são analisados no seu significado em contextos sociais e culturais. Trabalham nesse campo os sociólogos, antropólogos, filósofos e sociolinguistas. O trabalho da semiótica, e em menor grau da semântica (estudo do significado, principalmente vinculada à lingüística), é classificar e organizar o que pode ser chamado “o código do mundo”. O escopo da semiótica é vasto, dado que: os sinais transmitem significados de várias formas, são codificados de muitos modos, comunicados por vários veículos (pessoa, animal, lugar ou coisa), trabalham por muitos canais (meios de comunicação, eletrônico ou físico), e são não lingüísticos (sinais, posturas, gestos), assim como lingüísticos (palavras, discurso, textos).

Segundo Manning (2001), a etnografia, a prática da descrição cultural, é o meio através do qual o “contexto”, a base do significado tanto para a semiótica quanto para a semântica, é estabelecido; e de forma inversa, é o meio mais poderoso para revelar as problemáticas-chave nesses campos. A etnografia também é essencial para qualquer análise semiótica porque o significado – problemático, baseado no contexto e arbitrário – de uma representação deve ser estabelecido e comunicado à comunidade científica através de apresentações, artigos e livros;

os achados da semiótica são comunicados principalmente através da linguagem escrita, fato com o que os etnógrafos estão familiarizados.

A etnografia procura explicar “o ponto de vista do nativo” através da conexão das bases existenciais da experiência (o que as pessoas pensam, sentem e lembram) com seus desdobramentos simbólicos, ou formas de representação. Considerando que linguagem e outros símbolos são usados pelos indivíduos para interpretar suas vidas, e que as pessoas negociam um alinhamento entre linguagem, pensamento e ação, e as restrições da estrutura social, a semiótica como um método, ou uma abordagem geral à vida social, suporta a observação, identificação e esclarecimento das conexões entre inter-subjetividade, ou significados compartilhados, e relações sociais padronizadas. O trabalho dos sinais, quando revelado e compreendido, aponta para o invisível.

Os trabalhos etnográficos influenciados pela semiótica vão daqueles fracamente aos fortemente vinculados ao uso sistemático da heurística semiótica; “fraco” e “forte” indicam a extensão em que a estrutura e pressupostos da semiótica são aplicados à vida social usando materiais empíricos. Tomando a definição de etnografia – o estudo do significado do que pessoas particulares fazem num tempo e espaço particulares –, há distinção entre escrever sobre isso, e o processo de representação textual.

Grounded Theory e Etnografia (CHARMAZ K.; MITCHELL, 2001)

Os métodos da *Grounded Theory*, segundo Charmaz e Mitchell (2001), consistem de estratégias flexíveis de coleta e análise de dados que podem ajudar os etnógrafos na condução de trabalhos de campo eficientes e na criação de análises inteligentes.

Existem variações em *Grounded Theory*, porém a maioria admite que os métodos da *Grounded Theory* levam a pesquisa e o pesquisador ao desenvolvimento de teoria e inclui as seguintes estratégias:

- coleta e análise de dados simultaneamente;
- acompanhamento dos temas emergentes através da análise antecipada dos dados;
- elucidação de processos sociais básicos a partir dos dados;
- construção indutiva de categorias abstratas que explicam e sintetizam esses processos;
- integração de categorias numa estrutura teórica que especifica causas, condições e conseqüências dos processos.

Um problema potencial dos estudos etnográficos é ver dados em qualquer lugar e, ao mesmo tempo, não os encontrar. As estratégias da *Grounded Theory*, segundo Charmaz e Mitchell (2001), podem ajudar os etnógrafos a obterem uma visão mais completa do campo (*whole setting*), através de: (a) comparar os dados desde o início da pesquisa, não depois da coleta de todos os dados; (b) comparar dados com categorias emergentes; (c) demonstrar relações entre conceitos e categorias. São métodos que ajudam o pesquisador a manter controle sobre o processo de pesquisa, apoiando-o na focalização, estruturação e organização do processo.

Charmaz e Mitchell (2001) argumentam que a lógica da *Grounded Theory* é “ir e vir” dos dados para a análise, e então retornar ao campo para obter mais dados e refinar a estrutura teórica emergente. Esta lógica ajuda a tratar alguns problemas da etnografia, como por exemplo: “tornar-se nativo”; observações longas e não focadas; coleta de dados superficial e randômica; e dependência de categorias “em estoque”.

3. Contextos de aplicação da etnografia

Segundo Bate (1997), a etnografia pode ser definida de diferentes formas: como um tipo particular de método ou atividade de campo (o “fazer” da etnografia), um tipo de esforço intelectual ou paradigma (o “pensar”) e um estilo narrativo ou retórico (o “escrever”).

A etnografia como atividade de campo envolve penetrar em outra forma de vida, capturar a riqueza de mundos culturais locais e, acima de tudo, obter o ponto de vista dos nativos. Alguns métodos que podem ser empregados com esses objetivos são: entrevistas em profundidade, encontros gravados, investigação de registros e observação participativa.

“Robert Merton diz, em algum lugar, que encontrar a pergunta correta a fazer é mais difícil que respondê-la, e certamente a visão dos etnógrafos é que o lugar para encontrar a ‘pergunta certa’ não é num livro, mas no campo, seguindo a sua intuição.” (BATE, 1997, p. 1152, tradução nossa).

Etnografia também é olhar o mundo e você mesmo de uma forma particular; resumidamente um paradigma (Sanday⁴, 1979; apud BATE, 1997). A chave da etnografia como paradigma está no pensar “culturalmente” sobre a sociedade ou organização, e assim, revelar muitas coisas que outras abordagens não o fazem; como por exemplo: que a cultura não pode ser “criada” por líderes; que pressupostos sobre “culturas fortes” e um consenso sobre significados são falhos; e que organizações não são “pirâmides”, mas um ambiente multicultural que tem pouco respeito por conceitos tradicionais de hierarquia e autoridade (Bate⁵, 1994; Parker⁶, 1995; apud BATE, 1997).

No caso da etnografia como um estilo narrativo ou retórico, ela procura capturar experiências em imagens e representações que simbolizam a realidade; os etnógrafos comportam-se como “caçadores” que saem à procura de informações, analisam-nas, e forjam hipóteses e teorias; e são escritores que se preocupam com estilo e boa redação; não por qualquer ambição literária, mas porque o material de elaboração de teorias são palavras, frases e sentenças (BATE, 1997).

Cultura e Etnografia

Barbosa (2003) expressa claramente a relação entre etnografia e estudos culturais:

“A realidade social tem uma natureza dupla. Uma delas é composta pelo mundo material que nos rodeia e a outra pelos instrumentos simbólicos por meio dos quais os seres humanos atribuem sentido nesse mundo material. Pessoas, objetos, relações e acontecimentos fazem parte da vida cotidiana e da ‘realidade’ apenas quando estão inseridos em um sistema de valores e significados. Ou seja, quando estão inseridos em um determinado universo cultural, que lhes reconhece a existência e lhes atribui um peso e um valor. Caso contrário, eles podem existir objetivamente, fazerem parte da realidade empírica, mas não da social.

Os valores e significados não são determinados pelas propriedades físicas e biológicas de pessoas, objetos, produtos e /ou fatos, mas lhes são atribuídos pelo sistema classificatório e pelas estruturas simbólicas da mente humana. [...]

Os antropólogos fazem trabalho de campo porque tal metodologia lhes ajuda a perceber e mapear diferentes princípios, lógicas e significados por meio dos quais as pessoas atribuem sentido e organizam a ‘realidade’ em que vivem. Por

exemplo, ao observar as práticas [...], é possível encontrar os caminhos que nos levam a esses sistemas classificatórios e a estruturas cognitivas.” (BARBOSA, 2003).

Faubion (2001) argumenta que existem três correntes de formação metodológica na antropologia cultural: a constitutiva, que iniciou com Franz Boas e seus alunos, e culminou com Lévi-Strauss e alguns cognitivistas americanos; a crítica, que começa com os trabalhos de Hymes e ganha *momentum* com outros pesquisadores como, por exemplo, Clifford e Marcus; e a experimental, que começa com uma virada reflexiva no final dos anos 70, e inclui muitas das pesquisas da última década. O autor considera que todas estas correntes estão presentes no campo atualmente.

Etnografia Crítica

Etnografia crítica é um termo usado de forma variada, porém a mais comum implica uma apropriação e reconstrução da etnografia convencional para transformá-la num projeto envolvendo emancipação humana (HAMMERSLEY, 2001). Os dois tópicos a seguir – *Performance Ethnography* e Etnografia Pública estão relacionados a esta corrente.

Performance Ethnography

O termo *performance* entrou nos discursos acadêmicos e da crítica de arte nos anos 70, para denominar uma nova forma de arte visual – também conhecida como evento, *happening*, arte do corpo e teatro experimental – que separa os *scripts* dramáticos das suas produções particulares, isto é, apresentações no palco. No final dos anos 80 e começo dos anos 90, alguns sociólogos começaram a transformar suas notas de campo etnográficas em *performances*, e artistas de teatro e acadêmicos em estudos de *performance* começaram a produzir ou adaptar etnografias com o objetivo de apresentá-las. A *performance ethnography* requer que o etnógrafo ou aquele que adapta o texto etnográfico escreva um *script*, e então defina os atores e apresente ou encene o *script*. (MCCALL, 2000).

Segundo diversos autores citados por Alexander (2005), a *performance ethnography* pode ser definida como uma forma de troca cultural, uma comunicação *cross-cultural* performativa, uma pedagogia performativa crítica incorporada e uma forma teatral que estabelece potencial emancipatório. É também um método de colocar a imaginação sociopolítica e sociológica crítica a favor do entendimento das políticas e práticas que moldam a experiência humana. O autor sugere que o poder colaborativo, de *performance* e etnografia, utiliza uma prática estética associada a um conhecimento descritivo de vidas, e condições de vida, para instigar um sentimento e provocar audiências a uma realização social e possível resposta críticas. A *performance ethnography* é uma prática que tem a intenção de permitir aos participantes e à audiência a oportunidade de vir a conhecer a cultura de forma diferente.

Etnografia Pública

A antropologia no início do século 20 nos Estados Unidos incluiu uma tradição de crítica social e engajamento público. Pesquisadores como Franz Boas, Ruth Benedict e Margaret Mead moldaram a opinião pública através de seus textos, apresentações e ação política. Nos anos 50, no entanto, na era McCarthy, muitos pesquisadores não mais endereçavam seus trabalhos ao público em geral. Somente em meados nos anos 60 é que a função crítica da etnografia reapareceu, no contexto dos movimentos de direitos civis, de oposição à guerra do Vietnã e outras interferências americanas no terceiro mundo, dos textos do braço californiano da Escola de Frankfurt, e da pesquisa dos revisionistas educacionais. Este renascimento do engajamento público e crítico foi visto pelos pesquisadores envolvidos com

essas idéias como uma oportunidade de liberar o trabalho acadêmico da dominação capitalista e ajudar as escolas, e outras instituições, a se tornarem locais onde as pessoas sejam socialmente investidas de poder (*empowered*), ao invés de subjugadas (TEDLOCK, 2005).

Uma forma encontrada, nos anos 60, para colocar em prática os aspectos críticos da etnografia foi através da produção de peças de teatro, endereçando a situação econômica e política em que se encontravam os trabalhadores e cidadãos das classes menos favorecidas. Atualmente, não só o teatro mais outras *performances* tornaram-se formas de etnografia que combinam ações críticas, políticas e expressivas centradas nas experiências vividas, local ou globalmente. Um exemplo é o etnodrama, um tipo de teatro popular que consiste de uma peça etnograficamente derivada, que se encerra com um diálogo entre os atores, diretor etc. e a audiência, e a cada apresentação pode-se chegar mais perto da realidade (TEDLOCK, 2005).

Atualmente, Tedlock (2005) define etnografia pública como um tipo de pesquisa e narrativa que está vinculado diretamente a questões sociais críticas do nosso tempo, tais como saúde e cura, direitos humanos e sobrevivência cultural, ambientalismo, violência, guerra, genocídio, imigração, pobreza, racismo, igualdade, justiça e paz. Autores de tais trabalhos inscrevem, traduzem e *perform* suas pesquisas de modo a apresentá-las ao público em geral; também usam a observação de sua própria participação para compreender e artisticamente retratar os “prazeres e dores” da vida cotidiana. Ao fazer isso, o pesquisador emocionalmente engaja, educa e move o público à ação.

Etnografia Online

A realidade é socialmente negociada através da prática discursiva. Todavia, para Markham (2005), em ambientes mediados por computadores a natureza dialógica da realidade social é destacada, compelindo os pesquisadores a reexaminarem seus pressupostos relacionados à pesquisa social, na direção de incluir as novas tecnologias de comunicação. A etnografia *online* surge neste contexto com o objetivo de estudar as interações mediadas por computador, ou estudar a vida *online*.

Markham (2005) considera que no estudo qualitativo de contextos mediados pela Internet algumas tensões e complicações podem surgir, e decisões devem ser tomadas sobre: definir as fronteiras do campo, determinar o que constitui dados, interpretar o outro através de seus textos, usar a sensibilidade para interpretar a textualidade, e representar o outro eticamente nos resultados da pesquisa.

Etnografia em Estudos Organizacionais

Será que adotar uma abordagem antropológica em Estudos Organizacionais significa considerar os departamentos como tribos, contadores como sacerdotes e consultores como xamãs? Linstead (1997), que apresenta e reflete sobre essa questão, argumenta que há uma tradição da análise sócio-antropológica, desenvolvida em organizações e comunidades urbanas, que se encontra disponível para apropriação. Trata-se de uma abordagem que ao contrário de tomar o estranho e aplicar a ele o familiar, toma o familiar como se fosse estranho.

As idéias e métodos da antropologia social podem levar a descobertas (*insights*) em três áreas de interesse da Administração, segundo Linstead (1997): (a) entendimento dos processos culturais no trabalho dentro das organizações (como, por exemplo, desenvolvendo teoria a partir dos dados etnográficos, criticamente estendendo o conceito de simbólico e examinando modelos de representação); (b) uma abordagem crítica às práticas gerenciais (como, por

exemplo, usando a etnografia como uma prática desconstrutiva, assim como reconstrutiva; examinando possibilidades para novas formas de organização baseadas numa maior variedade de entradas (*inputs*) ao processo gerencial; e vinculando considerações cognitivas, epistemológicas, afetivas, ideológicas e éticas numa mesma estrutura); e (c) a natureza da mudança organizacional e sua gestão (como, por exemplo, usando idéias antropológicas para moldar a refletir processos de mudanças; e desenvolvimento de uma pedagogia que busque desenvolver o gestor como antropólogo). No Brasil, os trabalhos de Barbosa (2003), Faria (2003) e Mascarenhas (2002) também argumentam que a antropologia pode contribuir para o campo da Administração de Empresas e apresentam alguns caminhos.

Etnografia Crítica em Estudos Organizacionais

O objetivo da etnografia crítica, no campo da administração, por exemplo, é revelar os aspectos políticos envolvidos no “trabalho habitual, comum”, nos locais burocrático-profissionais, nas várias camadas de conflitos políticos relacionados a poder e autoridade, negociações culturais sobre identidades, e construções sociais de “problemas”. Trata-se de um trabalho crítico porque foca nas relações de poder e hegemonia e suas contingências; e tal trabalho também é etnográfico porque é empírico e fenomenológico: sensível aos significados socialmente construídos, indo além das utilidades (FORESTER, 1999).

4. A pesquisa etnográfica

Na década de 80, muito se discutiu sobre o papel e a relevância da antropologia num mundo em constante mudança, e a natureza do propósito antropológico-etnográfico – incluindo a ética e a política do trabalho de campo, o lugar do pessoal e a reflexividade. Dos debates que derivaram da publicação de *Writing Culture* (Clifford e Marcus, 1986⁷; apud MACDONALD, 2001), é relevante observar certas diferenças entre a posição americana e britânica. Ao indagarem “qual é uma das principais coisas que os etnógrafos fazem?”, e responderem “eles escrevem”, Clifford e Marcus adotaram uma posição favorável à antropologia interpretativista americana e crítica ao estilo dos textos monográficos etnográficos como, de Malinowski, por exemplo (MACDONALD, 2001).

Esta ênfase na representação é o resultado da evolução histórica da pesquisa etnográfica. Desde que Malinowski sugeriu que o objetivo do etnógrafo deveria ser captar “o ponto de vista do nativo”, há uma expectativa que a observação participante levaria, aquele que pesquisa o campo, a ver, pensar, sentir e, algumas vezes, comportar-se como um “de dentro” ou “nativo”. Devido a essa abordagem experiencial, de socialização mesmo que parcial, tornou-se comum sugerir que o pesquisador seja um “*marginal native*”, “*professional strange*”, “*self-denuing emissary*”, mantendo uma distância, daqueles que são o foco do estudo, e cultivando uma aproximação, não amizade; compaixão, não simpatia; respeito; não crença; entendimento, não identificação; admiração, não amor. Se assim não o for, o pesquisador corre o risco de tornar-se um “*complete membership*” ou “*going native*”. Existem exemplos de pesquisadores que “se tornaram nativos”, considerados “*complete members*”⁸; todavia, não exatamente, visto que mantiveram alguns valores e filosofias européias-chave – seria mais adequado colocar entre parênteses a questão da intencionalidade e descrevê-los como “bi-culturais”. Após esta fase, quando os antropólogos iniciaram observação participante de longa duração em centros urbanos da Europa, América e Oriente Médio, o trabalho passou a envolver “*studying up*”, isto é, o estudo de instituições de elite, trabalhar com pessoas de classe social similar ou em posições de poder; ao contrário de “*down*”, isto é, subculturas e pessoas marginalmente posicionadas na sociedade. O trabalho com seus contemporâneos culturais fez com que os pesquisadores se tornassem atentos não somente à compreensão dialógica da emergência de dados e conhecimento, mas também para com as

questões políticas e literárias envolvidas no processo de escrever, publicar e ler etnografias⁹ (TEDLOCK, 2000).

Tedlock (2000) argumenta que os pesquisadores inscrevem o material de suas pesquisas de variadas formas, usando diferentes formatos, estilos e gêneros. A autora cita os seguintes veículos de documentação e representação etnográfica: (a) a monografia, muitas vezes baseada na dissertação ou tese do pesquisador, que se desenvolve em tópicos, tais como, ambiente, relações sociais, identidade, visão de mundo etc.; (b) uma narrativa mais clara, linear, incluindo documentos pessoais como biografias e histórias de vida, memórias, autobiografias, tanto das pessoas consultadas como do etnógrafo, diários de campo etc.; (c) uma apresentação da viagem frequentemente acompanhada de fotos, filme etc.; (d) auto-etnografias; e (e) gêneros literários, tais como novelas, poemas, peças de teatro etc.

Principalmente os últimos gêneros citados acima despertaram controvérsias no campo e contribuíram para uma exploração de questões, tanto éticas quanto de autoria, do processo de geração de informação etnográfica e do processo de escrever e publicar resultados de pesquisas etnográficas. Houve um deslocamento da “observação participante” para a “observação da participação”, em que o etnógrafo experiencia e observa sua própria participação, e de outros, na cena etnográfica. Este deslocamento leva o pesquisador a – ao invés de ter de escolher entre escrever uma memória ou autobiografia centrada em si mesmo, ou uma história de vida; ou uma monografia padrão centrada no outro – apresentar ambas, a sua visão e do outro, juntas dentro de uma única narrativa que foca no processo e no caráter do diálogo etnográfico (TEDLOCK, 2000).

Trabalho etnográfico (ROCK, 2001)

A pesquisa etnográfica tem início com um problema ou a procura por um problema. Para Rock (2001) não há porção do mundo social que se mantenha não-interessante após a aplicação de um pouco de curiosidade; o que torna um problema significativo e interessante é a capacidade analítica do etnógrafo, não qualquer mérito intrínseco ao fenômeno.

Na seleção do fenômeno aconselha-se a aplicação de alguns critérios práticos. A etnografia é um trabalho intenso, longo e rico em dados, e não pode, ou não deve, envolver muitas pessoas e um campo muito amplo de atividade. Recomenda-se também a procura por um problema que seja uma extensão do que se conhece, um passo seguinte num território que é familiar (“O novo e o estranho que não sejam ‘tão’ novos ou estranhos [...]”; ROCK, 2001, p. 33, tradução nossa). O etnógrafo irá despender longos períodos com o problema, sozinho, e é confortável saber que se está “próximo de casa”. Algo completamente novo pode levar o etnógrafo a ter pouca certeza se está observando com um “olhar inteligente”.

A pesquisa etnográfica tem início não no campo, como muitos acreditam, mas na biblioteca, segundo Rock (2001). O etnógrafo começa, através das leituras sobre o seu tema, problema, ou assunto, a sentir-se confortável com as suas questões, interessar-se pelas histórias dos fenômenos e pelo que os outros têm a dizer, podendo surgir idéias etc.

Depois dessa fase de imersão, é freqüente se deparar com a questão: “como começar?”. É geralmente melhor começar com aqueles que se têm à mão, pessoas que confiam no etnógrafo como alguém que pode ter acesso a suas vidas privadas. As escolhas podem ser afetadas por questões elementares: o pesquisador, ele mesmo, é membro de um grupo? O pesquisador conhece um membro? O pesquisador conhece alguém que conhece um membro? As redes sociais são importantes.

Uma vez no campo, outras questões se apresentam: (a) o acadêmico ou pesquisador não é uma pessoa muito importante e, por outro lado, as pessoas estão ocupadas com as suas tarefas para dar-lhe atenção; e (b) o mundo, a realidade, não está “organizado” como um cenário analítico; pelo contrário, é repleto de linguagens e ações que parecem, ao mesmo tempo, misteriosas e banais. Recomenda-se permanecer marginal por um tempo, observando, escutando; disponível, mas não demandante.

É comum que nesta fase o pesquisador encontre um informante, alguém que o ajudará, uma fonte que o apresentará às outras pessoas. O etnógrafo deve procurar por pessoas que ofereçam perspectivas qualificadas, mesmo que não sejam tão amigas e acessíveis quanto o informante. Também deve verificar tudo, obter múltiplas documentações, de tipos diferentes, de modo que as evidências não se limitem a uma única voz, que os dados possam ser contextualizados e comparados.

Nesta fase de coleta de dados, e em qualquer outro estágio, é imperativo que o pesquisador se envolva com a tarefa de conversar de forma escrita consigo mesmo. O que é claro agora pode não ser mais tarde; e é preciso explicar para o “pesquisador no futuro” o que o “pesquisador no presente” está fazendo: porque acha algo interessante, porque está registrando determinado fato, que relevância o fato tem, etc. Também na fase de coleta, é importante obter todo tipo de dado; nesse momento o pesquisador não está em posição de julgar o que é útil e o que não é. Recomenda-se que não tente censurar qualquer coisa que apareça. Nessa fase se estabelece as pré-condições para uma compreensão num momento futuro, que nunca poderia acontecer antecipadamente.

O pesquisador deve estar preparado para conviver com a incerteza por longos períodos. Rock (2001, p. 35, tradução nossa) alerta: “Resigne-se a viver um longo dia ártico no qual nada é claro e tudo está distorcido.” O processo, no início e meio da pesquisa, é como tentar construir um mosaico cujas configurações se alteram a cada nova peça acrescentada.

Porém, em alguns momentos, o pesquisador começará a ter idéias (*insights*), a compreender determinados aspectos do fenômeno. Tem início, então, um processo de alternância entre incertezas e certezas, idas e vindas ao campo, que progressivamente molda o foco e aumenta o sentido de estrutura do trabalho, afastando incertezas e irrelevâncias. O pesquisador passa a mergulhar profundamente no seu tema e incorporar a relevância das suas descobertas.

Há o momento, então, de deixar o campo; o que pode ser difícil visto que, para alguns pesquisadores, o campo pode ter se tornado uma segunda casa. Tem início um longo período dedicado pacientemente a editar todos os materiais encontrados e a escrever. Nessa última fase, o pesquisador notará deficiências, pontos não pesquisados, questões não investigadas etc., que o levarão a querer voltar para o campo (o que poderá ser feito); contudo, o pesquisador deve conscientizar-se que não é possível conhecer tudo a respeito do assunto.

Com relação a escrever sobre o campo, o pesquisador enfrentará a dificuldade de reduzir o que aprendeu, e viu, num argumento linear. Novamente, é necessário conscientizar-se que é difícil traduzir um mundo vívido, de sons, sinais e cheiros, um mundo onde o visual é mais importante que o oral, em um texto escrito, confinado somente ao oral.

Ao final do processo, em algum momento, o pesquisador retorna ao campo para apresentar o que escreveu. Desse encontro podem surgir novas questões, os participantes podem não

concordar com o que está escrito, etc.; o que é natural, considerando que aqueles que o etnógrafo estuda têm seu próprio entendimento de como querem ser representados. Por outro lado, se a análise capta a estética, o pulso distinto do mundo social, trata-se de um critério, embora indefensível, que intuitivamente convence o leitor da adequação da narrativa.

5. Condutas atuais e futuras da pesquisa etnográfica

O relato final do que foi observado no trabalho de campo é um aspecto relevante da pesquisa etnográfica. Com relação a esse aspecto, Schwartzman (1993) destaca o fato de estarmos diante de um processo caracterizado por várias tensões. Primeiramente, há a tensão entre tentar representar o ponto de vista do nativo e também tentar articular o que é assumido (cultura explícita e implícita). Como segundo ponto, há a tensão entre representar a voz do nativo e reconhecer e encontrar um modo para representar a voz do etnógrafo. E finalmente, há a tensão entre representar a cultura local e o seu relacionamento com sistemas mais abrangentes. Na visão da autora, o objetivo da etnografia não é resolver essas tensões, mas reconhecê-las e criativamente explorá-las. Schwartzman (1993) cita alguns autores que experimentam várias formas de representar as vidas daqueles que eles estudam. Por exemplo, Van Maanen utiliza o que ele chama de “*impressionist tales*”¹⁰; H. L. Goodall utiliza o formato de contar uma estória¹¹; e Latour e Woolgar apresentam um laboratório através dos olhos de um personagem fictício, “o observador”¹².

Sobre a questão do relacionamento entre a pesquisa etnográfica e as práticas sociais e políticas, observa-se que no passado, e provavelmente até hoje, muitas etnografias focavam/focam na contribuição para o conhecimento, ao invés da busca por soluções de problemas práticos. Mas, a antropologia aplicada existe há muito e está florescendo, principalmente, nos Estados Unidos. Esta corrente argumenta que a antropologia, pela sua própria natureza, envolve “representação” de outros; e existem responsabilidades éticas e políticas associadas a este fato. Há também o crescimento do uso dos métodos etnográficos em campos “aplicados”, como saúde e educação; fato que vem sendo criticado por propor alterações na prática etnográfica como, por exemplo, o condensamento do trabalho de campo (ATKINSON e HAMMERSLEY, 1994).

Distante das experiências dos primeiros antropólogos, nos dias atuais, a estratégia de investigação etnográfica apresenta alguns desafios, tais como a multiplicidade e heterogeneidade dos locais de investigação, e a forma de colaboração cúmplice que têm alterado aquilo que os antropólogos esperam de “nativos” como objetos de estudo. As culturas e as populações tornaram-se fragmentadas, móveis, transnacionais, assim como mais cosmopolitas. E a reflexão pós-moderna revelou o peso da crítica política e ética do relacionamento tradicional no trabalho de campo, quebrando a inocência necessária para sustentar a distância entre o pesquisador e seu objeto de estudo, de modo que a cumplicidade com o objeto agora permeia a cena do trabalho de campo (HOLMES e MARCUS, 2005).

6. Considerações Finais

No início deste ensaio, foram apresentadas algumas questões que inquietam os pesquisadores interessados em etnografia, entre elas: etnografia é uma estratégia de pesquisa ou um mecanismo de coleta de dados? Existem diferentes formas de se “fazer” etnografia? Existem diferentes “tipos” de etnografia?; e também foi pontuado que este ensaio não tem o objetivo de responder a essas questões. Porém, após o painel sobre o tema, apresentado nos tópicos anteriores, é possível esboçar, ao menos, um argumento.

Ao pensar em “tipos”, imagina-se algo que reúne em si os caracteres distintos de uma classe. Então, é possível refazer uma das questões apresentadas acima: seria etnografia uma classe? Ou, colocando de outra forma, será que possível afirmar que existem etnografias específicas, mas todas apresentam algo em comum com a “etnografia-classe”?

Na breve história da etnografia apresentada no Tópico 1, nota-se que já no início do século 20 a etnografia apresentava particularidades nas visões da antropologia e da sociologia. E, a partir desse período, quando outras correntes de pensamento passaram a incorporar a abordagem etnográfica aos seus projetos de pesquisa, a etnografia, em cada um dos casos, acaba por sofrer – acredito que seja possível dizer desta forma – pequenas transformações e incorporar particularidades. Trata-se de um processo de associação (etnografia + outros elementos) cujo resultado final é algo diferente da soma das partes; isto é, o resultado é a adoção de práticas de observação da realidade, do dia-a-dia, do cotidiano, em projetos ancorados em diversas tradições (ou posturas epistemológicas, ou abordagens teórico-metodológicas) com suas perspectivas específicas.

Referências

- ATKINSON, P.; HAMMERSLEY, M. *Ethnography and Participant Observation*. In: Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (eds.). *The Sage Handbook of Qualitative Research*. 1rd ed. California: Sage Publications, p. 249-261, 1994.
- ATKINSON, P.; COFFEY, A. J.; DELAMONT, S.; LOFLAND, J.; LOFLAND, L. H. *Editorial Introduction*. In: Atkinson, P.; Coffey, A. J.; Delamont, S.; Lofland, J.; Lofland, L. H (eds.). *The Sage Handbook of Ethnography*. California: Sage Publications, p. 1-7, 2001.
- BARBOSA, L. *Marketing Etnográfico: colocando a etnografia em seu devido lugar*. Revista de Administração de Empresas, v. 43, n. 3, p. 100-105, 2003.
- BATE, S. P. *Whatever happened to Organizational Anthropology? A Review of the Field of Organizational Ethnography and Anthropological Studies*. Human Relations, v. 50, n. 9, p. 1147-1175, 1997.
- FAUBION, J. D. *Currents of Cultural Fieldwork*. In: Atkinson, P.; Coffey, A. J.; Delamont, S.; Lofland, J.; Lofland, L. H (eds.). *The Sage Handbook of Ethnography*. California: Sage Publications, p. 39-59, 2001.
- FARIA, A. *Pesquisa em Redes Estratégicas: Descobertas e Reflexões Etnográficas*. Revista de Administração de Empresas, v. 43, n. 1, p. 11-23, 2003.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2a. edição, 1986.
- FORESTER, J. *Critical Ethnography: On Fieldwork in a Habermasian Way*. In: Critical Management Studies. Mats Alvesson and Hugh Willmott (eds) London : Sage, 1999.
- HAMMERSLEY, M. *What's wrong with Ethnography? Methodological explorations*. London: Routledge, 2001.
- HOLMES, D. R.; MARCUS, G. E. *Refunctioning Ethnography: The Challenge of Anthropology of the Contemporary*. In: Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (eds.). *The Sage Handbook of Qualitative Research*. 3rd ed. California: Sage Publications, p. 1099-1113, 2005.
- LINSTEAD, Stephen. *The Social Anthropology of Management*. British Journal of Management, v. 8, 85-98, 1997.
- MCCALL, M. M. *Performance Ethnography*. In: Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (eds.). *The Sage Handbook of Qualitative Research*. 2rd ed. California: Sage Publications, p. 455-486, 2000.

- MACDONALD, S. *British Social Anthropology*. In: Atkinson, P.; Coffey, A. J.; Delamont, S.; Lofland, J.; Lofland, L. H (eds.). *The Sage Handbook of Ethnography*. California: Sage Publications, p. 1-7, 2001.
- MANNING, P. K. *Semiotics, Semantics and Ethnography*. In: Atkinson, P.; Coffey, A. J.; Delamont, S.; Lofland, J.; Lofland, L. H (eds.). *The Sage Handbook of Ethnography*. California: Sage Publications, p. 145-159, 2001.
- MARKHAM, A. N. *The Methods, Politics, and Ethics of Representation in Online Ethnography*. In: Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (eds.). *The Sage Handbook of Qualitative Research*. 3rd ed. California: Sage Publications, p. 1099-1113, 2005.
- MASCARENHAS, A. O. *Etnografia e Cultura Organizacional: uma Contribuição da Antropologia à Administração de Empresas*. *Revista de Administração de Empresas*, v. 42, n. 2, p. 88-94, 2002.
- MASO, I. *Phenomenology and Ethnography*. In: Atkinson, P.; Coffey, A. J.; Delamont, S.; Lofland, J.; Lofland, L. H (eds.). *The Sage Handbook of Ethnography*. California: Sage Publications, p. 136-144, 2001.
- POLLBER, M.; EMERSON, R. *Ethnomethodology and Ethnography*. In: Atkinson, P.; Coffey, A. J.; Delamont, S.; Lofland, J.; Lofland, L. H (eds.). *The Sage Handbook of Ethnography*. California: Sage Publications, p. 119-135, 2001.
- ROCK, P. *Symbolic Interactionism and Ethnography*. In: Atkinson, P.; Coffey, A. J.; Delamont, S.; Lofland, J.; Lofland, L. H (eds.). *The Sage Handbook of Ethnography*. California: Sage Publications, p. 26-38, 2001.
- SCHWARTZMAN, H. B. *Ethnography in Organizations*. Newbury Park, Califórnia: Sage Publications, 1993.
- TEDLOCK, B. *Ethnography and Ethnography Representation*. In: Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (eds.). *The Sage Handbook of Qualitative Research*. 2rd ed. California: Sage Publications, p. 455-486, 2000.
- _____. *The Observation of Participation and The Emergence of Public Ethnography*. In: Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (eds.). *The Sage Handbook of Qualitative Research*. 3rd ed. California: Sage Publications, p. 1099-1113, 2005.

¹ Agradeço a Rafael Alcadipani da Silveira pelo estímulo à reflexão sobre “as diversas” Etnografias.

² Detalhes sobre etnografia na antropologia britânica podem ser encontrados em: MACDONALD, S. *British Social Anthropology*. In: Atkinson, P.; Coffey, A. J.; Delamont, S.; Lofland, J.; Lofland, L. H (eds.). *The Sage Handbook of Ethnography*. California: Sage Publications, p. 61-79, 2001.

³ Detalhes sobre etnografia na Escola de Chicago podem ser encontrados em: DEEGAN, M. J. *The Chicago School of Ethnography*. In: Atkinson, P.; Coffey, A. J.; Delamont, S.; Lofland, J.; Lofland, L. H (eds.). *The Sage Handbook of Ethnography*. California: Sage Publications, p. 11-25, 2001.

⁴ SANDAY, P. R. The ethnographic paradigm. *Administrative Science Quarterly*, v. 24, p. 527-538, 1979.

⁵ BATE, S. P. *Strategies for cultural change*. Oxford: Butterworth Heinemann, 1994.

⁶ PARKER, M. Working together, working apart: Management culture in a manufacturing firm. *Sociological Review*, v. 43, p. 447-518, 1995.

⁷ CLIFFORD, J.; MARCUS, G. E. (eds) *Writing Culture. The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley and Los Angeles, CA: California University Press, 1986.

⁸ Tedlock (2001) cita Alexandra David-Neel, Curt Unkel e Verrier Elwin.

⁹ Etnografia aqui no sentido de produto – o texto escrito ou monografia etnográfica, como esclarece MacDonald (2001) na introdução de seu texto.

¹⁰ VAN MAANEN, J. *Tales of the Field*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

¹¹ GOODALL, H. L. *Casing a promised land*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1989.

¹² LATOUR, B; WOOLGAR, S. *Laboratory Life: The construction of scientific facts*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1986.